COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 1.936, DE 2003

(Mensagem nº 442/03)

Concede indenização, a título de reparação de danos, às famílias das vítimas do acidente ocorrido em 22 de agosto de 2003 na Base Aérea de Alcântara, e dá outras providências.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relatora: Deputada EDNA MACEDO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em exame, de autoria do Poder Executivo, visa conceder indenização, em parcela única, por servidor, às famílias das vítimas do acidente ocorrido em 22 de agosto de 2003 na Base Aérea de Alcântara, no Maranhão, correspondente ao produto do montante da remuneração fixa do servidor, recebida no mês anterior ao acidente, pelo número de anos remanescentes até a data em que a vítima atingiria sessenta e cinco anos de idade. O projeto concede ainda bolsa de estudos especial, a ser paga mensalmente aos dependentes menores das vítimas, até que os mesmos completem vinte e um anos.

A Exposição de Motivos anexa ao projeto afirma que a iniciativa tem por objetivo dar alento às famílias das vítimas que faleceram em serviço, no Centro de Lançamento de Alcântara. Nesse sentido, é feita a concessão de indenização, a título reparatório, a fim de minimizar a dor pela perda de seus entes queridos.

O presente projeto tramita em regime de urgência, nos termos do art. 64, §1º, da Constituição Federal, combinado com o art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, estando sujeito à apreciação do Plenário.

A matéria foi distribuída simultaneamente para análise à Comissão de Finanças e Tributação e à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação se pronunciar sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.936, de 2003, bem como sobre o seu mérito, a teor do art. 32, inc. III, alíneas “a” e “d”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A matéria em apreço é de competência legislativa privativa da União, cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a sanção do Presidente da República (art. 48 – CF), sendo a iniciativa do Chefe do Poder Executivo legítima.

A proposição em tela está em consonância com os requisitos constitucionais formais para a espécie normativa. Além disso, não afronta quaisquer dispositivos de natureza material contidos na Constituição Federal.

No tocante à técnica legislativa, não há qualquer restrição quanto ao texto apresentado no projeto em exame, estando o mesmo de acordo com as normas legais pertinentes.

Quanto ao mérito, nosso voto é favorável. O acidente ocorrido na Base Aérea de Alcântara abalou todo o País e, em especial, o Programa Espacial Brasileiro, por se tratarem de técnicos altamente especializados.

Nesse sentido, a medida proposta pelo Poder Executivo é de extrema justiça e oportunidade para com as famílias dos servidores, vítimas do acidente que faleceram em serviço. Embora as perdas sejam irreparáveis no plano afetivo, é necessário que o Estado promova-lhes ao menos a reparação financeira, consistente no pagamento da indenização e do auxílio para custeio da educação dos dependentes menores, até que completem vinte e um anos de idade.

Diante do exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.936, de 2003.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputada EDNA MACEDO
Relatora